

Ensino Médio no Brasil – Projetos em Disputa: afinal quais os resultados da gestão por resultados?

JORGE ALBERTO ROSA RIBEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

GABRIEL GRABOWSKI
UNIVERSIDADE FEEVALE

FÁBIO AZAMBUJA MARÇAL
INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS ALVORADA

RESUMO

O ensino médio no Brasil terá proximamente (2016) que garantir a universalização de seu acesso. Desde a década de setenta, do século 20, vem sendo ampliada a matrícula, de modo especial nas escolas públicas estaduais, possibilitando uma expansão deste nível da Educação Básica. Na atualidade, o Ensino Médio é um campo de disputa de projetos de intervenção pedagógica. Chama a atenção que paralelamente aos projetos públicos, como o Programa de Ensino Médio Inovador, há no país projetos de cunho empresarial colocados em prática nas escolas públicas estaduais. Neste texto, serão apresentadas as conclusões da pesquisa intitulada “Avaliação da Implementação de Projetos no Ensino Médio: O caso UNIBANCO – Projeto Jovem de Futuro em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul”. A pesquisa objetivou avaliar os resultados obtidos pelas escolas públicas, nos dois estados brasileiros citados, que acordaram e implantaram o ‘Projeto Jovem do Futuro’ do Instituto Unibanco, expressão de um projeto de intervenção pedagógica empresarial. Seus resultados apontam a insuficiência de seu desempenho em relação às metas a serem atingidas. Além disso, identificam efeitos negativos com a implementação do projeto nas escolas públicas estaduais de nível médio, a ele conveniadas. Sustentam, por fim, que dadas as transformações curriculares implícitas, tanto pela concepção quanto pela prática pedagógica e educativa do projeto, este é incongruente com políticas públicas nacionais baseadas na gestão democrática, na inovação curricular e na avaliação emancipatória.

Palavras-chave: Ensino Médio; Intervenção Pedagógica Empresarial; Desempenho Escolar.

High School in Brazil – projects under dispute: what are the results of management based on results?

ABSTRACT

The High School in Brazil will soon have to guarantee the universalization of its access by law (2016) Since the 1970s the access to public state schools has been broadened, allowing for the expansion of this level of schooling. Presently, High School is a field of dispute for pedagogical intervention projects. It is noticeable that parallel to public projects such as the Ensino Médio Inovador (Innovative High School) there are in Brazil business projects put into practice in state public schools. On this text we will present conclusions from the research entitled “Evaluation of the implementation of projects in

middle schooling: the UNIBANCO - Jovem de Futuro in Minas Gerais and Rio Grande do Sul". The research aimed to evaluate the results obtained by public schools in the two states mentioned, which agreed to and implemented the "Jovem de Futuro" ("Young one with a bright future") from the Unibanco Institute, an example of a project of corporate pedagogical intervention. Its results point to the insufficiency of its performance regarding its aimed goals. Besides, it identifies negative effects from its implementation in affiliated secondary public schools. Finally, it argues that, given the implicit curriculum changes, being it for the conception of pedagogical and educational practice of the project, it is incongruent with public national policies based on democratic management, curricular innovation and emancipatory evaluation.

Keywords: Corporate Pedagogical Intervention; Highschool; School Performance.

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Este artigo é parte de um estudo maior sistematizado em um conjunto de relatórios, dois parciais e um final, fruto de uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação a uma equipe de pesquisadores vinculada à linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (Tramse), do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Rio Grande do Sul¹. Tais relatórios expõem o resultado de uma pesquisa realizada a partir da investigação de escolas das redes públicas estaduais de Minas Gerais e o Rio Grande do Sul que vivenciaram o Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco (PJF/IU).

Partindo dessas considerações, a presente síntese se propõe a tratar de um dos aspectos centrais presente na concepção do PJF/IU, formulado com a intenção de qualificar o Ensino Médio (EM) das escolas públicas, por meio de uma nova proposta de gestão: a Gestão de Resultados.

O ensino médio no Brasil encaminha-se aproximadamente (2016) para garantir a universalização de seu acesso e permanência com a aplicação da Emenda constitucional nº. 59/2009. A partir desse ano pode ser cursado por qualquer brasileiro, independente da idade. Desde a década de setenta, do século 20, vem sendo ampliada sua matrícula, de modo especial nas escolas públicas estaduais. Dos noventa milhões de habitantes em 1970, apenas um milhão frequentava o Ensino Médio, enquanto em 2000, dos 169 milhões de brasileiros, 9 milhões deles matricularam-se no EM. Na atualidade, o Ensino Médio tem se caracterizado como um

1 Sob a coordenação do Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro, a equipe esteve composta por: Dr. Gabriel Grabowski, Dra. Margareth Fadanelli Simionato, Ms. Fábio Marçal, Ms. Claudia Zank, Ms Margareth Cantu, Ms. Anália Martins Bel. Ana Paula Sperotto e os graduandos Emanuele Glaeser, João Machado, Julia Balzan, Guilherme Galvão de Figueiredo, Leandro Gonçalo Braga, todos estes da UFRGS.

campo de disputa de projetos de intervenção pedagógica. Moraes (2011, p. 809) compreende essa “etapa educacional como uma arena, por excelência, na qual projetos de políticas sociais – com seus fundamentos e concepções – disputam proeminência. “ Assim, não se estranha que estejamos diante de projetos em disputa.

Chama a atenção que, paralelamente aos projetos públicos, que abarcam um espectro social amplo – interesses de variadas classes sociais e segmentos de classes – há, no país, projetos de cunho empresarial colocados em prática nas escolas estaduais públicas.

Com intuito de analisar e situar um destes projetos em disputa, apresentaremos os resultados obtidos pelas Escolas Públicas que acordaram e implantaram, entre 2008-2010, o ‘Projeto Jovem do Futuro’, do Instituto Unibanco em MG e no RS. Os resultados são oriundos da pesquisa intitulada “Avaliação da Implementação de Projetos no Ensino Médio: O caso UNIBANCO (Etapa 1 - Projeto Jovem de Futuro – MG e RS)” (Ribeiro, 2013a).

O projeto que foi implementado está situado em um contexto histórico. Como tal, evidencia um momento conjuntural da história da educação brasileira, ao qual ela se encontra relacionada: 1º) à perspectiva da garantia da universalização da Educação Básica no Brasil; 2º) ao contexto da ‘crise’ da escola; 3º) ao neoliberalismo, que, ao defender a avaliação de desempenho dos alunos em testes nacionais e internacionais, como indicadores de qualidade da educação, recomenda seu uso como pressão para redução do gasto público e busca pelo aperfeiçoamento da gestão pública (PERONI, 2013; CIAVATTA, 2009; MORAES, 2011; FRIGOTTO, 2010).

Denomina-se Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco e representa uma ação empresarial no ensino médio público e na Educação Básica – ação essa típica da “pedagogia de resultados” como caracteriza Saviani (referido por FRIGOTTO, 2011, recuperando debate publicado na Folha de São Paulo de 26 de abril 2007). É importante referir que o Instituto Unibanco integra o movimento Todos pela Educação². Ele traduz os interesses contraditórios da classe social

2 O movimento Todos pela Educação é integrado, conforme informa seu sítio <<http://www.todospelaeducacao.org.br/>>, por mantenedores de grandes bancos – Itaú e Santander – as indústrias Gerdau e Papel e Celulose Suzano, pelas empresas de serviços como Telefônica, Vivo, DPaschoal e construtora Camargo Correa. Por sua vez, este movimento faz parte do REDUCA – Rede Latino Americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação, integrada por organizações de 13 países. Colocando-se como um movimento próprio dos empresários e capitalistas brasileiros dos referidos setores, notabiliza-se por desconsiderar as metas previs-

burguesa, empresarial e capitalista na educação brasileira ao dos trabalhadores e grande parte dos educadores de escolas públicas brasileiras.

As origens dos debates sobre a necessidade de novos modelos de gestão escolar e de novas formas de avaliação do seu desempenho localizam-se nos EUA, em meados da década de 80 do século XX. Nesse cenário, de acordo com Freitas (2012), propunha-se que o modo de organização da iniciativa privada seria uma proposta mais adequada para a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais. Segundo o mesmo autor, a proposta era levada adiante por uma coalizão, não vinculada ao Estado, que envolvia políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores que se posicionavam de modo a “salvar” a educação pública que estaria vivenciando um caos. De acordo com essa lógica, a qualidade da educação pública não seria de responsabilidade exclusiva do Estado. Neste caso, uma aproximação entre escola e instituições privadas sinalizaria para uma melhora da qualidade das escolas públicas. Considerando essa compreensão de educação, ações como o PJJ seriam uma possibilidade de articulação entre a iniciativa privada e a escola pública intermediada e permitida pelo Estado.

Enfatiza-se que o projeto do Instituto Unibanco, por sua vez, além de objetivar a melhoria de desempenho dos alunos e das escolas públicas estaduais, reafirma para a sociedade brasileira que, por meio da emulação meritocrática e do gerencialismo empresarial, se comprova a eficiência e a eficácia da gestão privada da escola pública estadual de Ensino Médio, graças a aplicação da “gestão por (para) resultados” como autodenomina-se a gestão do Projeto Jovem de Futuro. Com isso, ação empresarial demonstra a conveniência, quiçá a necessidade da privatização da gestão da escola pública para a mesma atingir os melhores resultados. Assim, enquadra-se no que Freitas (2012, p.346) vem problematizar:

Esta ‘nova abordagem’ para as políticas públicas de educação está sendo construída em torno dos conceitos de responsabilização, meritocracia e privatização. Estes constituem um bloco interligado onde a responsabilização pelos resultados (leia-se: aumento da média em testes nacionais e internacionais) é legitimada pela meritocracia (distinções ou sanções fornecidas com base no mérito de ter aumentado ou não as médias) com a finalidade de desenvolver novas formas de privatização do público (o qual é desmoralizado pela meritocracia das médias mais altas), visando a constituição de um ‘espaço’ que se firma progressivamente como ‘público não estatal’ em contraposição ao ‘público estatal’.

tas no Plano Nacional de Educação 2011-2020.

[...] É a crença de que, se a escola pública for gerida pela lógica da iniciativa privada, então ela melhorará

Salientamos que o PJJ/IU previa a melhoria do desempenho das escolas públicas de Ensino Médio, como veremos, por meio das provas ou de testes próprios a este nível de ensino. Para tanto, atraía estas escolas ao agregar a disponibilidade de uma receita extraordinária de R\$100,00 aluno/ano. Justamente numa conjuntura em que os recursos públicos nas escolas eram insuficientes para a conservação dos bens da escola, para a manutenção dos seus equipamentos e para o investimento em sua modernização, não causou nenhuma surpresa que o acesso ao recurso referido tenha sido o principal fator considerado no momento da adesão ao projeto.

METODOLOGIA

Não é à toa que Wright Mills (1988) enfatizava a necessidade de ‘imaginação sociológica’ para a elaboração de propostas metodológicas. Por meio dela, seria possível dar conta da complexidade das relações sociais e das ideias que os sujeitos sociais manifestam e coletivamente elaboram ao vivenciarem estas mesmas relações, inerentemente históricas.

Salientamos essa faceta das relações sociais e das ideias, pois a proposta de pesquisa solicitada tinha como objetivo avaliar a implementação de um projeto privado em escolas públicas, mas que já ocorrera. Um projeto pretérito, ocorrido entre 2008 e 2010 em 42 escolas públicas no nível médio das regiões metropolitanas de Belo Horizonte – subordinadas e administradas pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais – e de Porto Alegre –, por sua vez subordinadas e administradas pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme levantamentos (PERONI, 2013), este projeto ainda não fora avaliado por pesquisadores acadêmicos.

Assim, teríamos que contar com a memória viva que as instituições escolares possuem: a de seus profissionais docentes, técnicos administrativos e discentes. Nessa direção, identificados e localizados os docentes estaduais (guardadas suas distintas funções, Diretores, Vices, Coordenadores e Professores de sala de aula diretamente relacionados ao PJJ/IU). Compreendemos que levaríamos em

conta a memória destes sujeitos de pesquisa que, neste caso, representam as escolas, nossa unidade de referência empírica.

Propôs-se um projeto de pesquisa intitulado “AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PARA O EM: O CASO DO INSTITUTO UNIBANCO EM MINAS GERAIS E NO RIO GRANDE DO SUL” (Ribeiro, 2013b) a ser executado em duas fases. Enquanto a primeira fase se concentraria no objetivo de “avaliar os resultados obtidos pelas Escolas Públicas de MG e do RS que acordaram e implantaram nos anos de 2008, 2009 e 2010, o ‘Projeto Jovem de Futuro’ do Instituto Unibanco”, a segunda, teria o objetivo de “identificar e analisar as principais modificações (efeitos) observadas pelos sujeitos da escola pública a partir da introdução do projeto na sua escola”.

A primeira fase compreendia um trabalho criterioso, responsável e de elevada seriedade, verificando, com bases em dados oficiais, públicos e validados nacionalmente, o desempenho nas provas de Português e Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), facilitados fundamentalmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que tem sido uma referência incontestada e orientadora para qualquer política pública no país. Para esta fase, portanto, a pesquisa trataria de responder objetivamente quais os resultados ou metas atingidas por uma pedagogia de resultados nas 42 escolas conveniadas. Convém salientarmos que as metas expressavam relações estatísticas possíveis de avaliar criteriosamente, ao recorrermos ao SAEB.

Conforme os relatórios do PJF/IU e outros documentos que tivemos acesso, eram três metas a serem atingidas nas escolas e, agora, avaliadas na pesquisa proposta:

- a) a redução em 40% do abandono de alunos entre o primeiro e o último ano do EM;
- b) o aumento de 25 pontos na média de desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática nas avaliações em larga escala;
- c) a redução de 50% na proporção de alunos com rendimento abaixo do nível intermediário na escala SAEB.

A segunda fase pode se concentrar na posta em marcha de um trabalho de campo de visita as escolas, para entrevista e aplicação de questionário, objetivando: identificar e analisar as principais modificações (efeitos) observadas pelos sujeitos da escola pública, a partir da introdução do projeto na sua escola. Assim poderíamos nos concentrar no trabalho de questionamento dos sujeitos das escolas, quanto ao processo da implementação, observando as suas principais implicações nas relações de gestão escolar, na aplicação de recursos disponibilizados, e identificando sua destinação, na inovação e/ou modificação pedagógicas, aliadas às práticas de premiação introduzidas pelo projeto. E, por fim, na explicitação de uma avaliação sobre o PJJ/IU que fizeram dele os sujeitos da escola. Nesse sentido, elegemos cinco categorias fundamentais para a realização do trabalho de interpretação expresso pela questão problema referida acima. As cinco categorias analíticas, oriundas da análise dos depoimentos e das respostas de entrevistas e de questionários, foram: gestão; recursos; pedagógico; premiação e avaliação do projeto pela escola.

Desse modo, o foco desta segunda fase não era o de explicar os resultados alcançados pelo PJJ/IU, mas o de compreender as mudanças e transformações sofridas (os efeitos) nas escolas públicas que convieram com o PJJ/IU. A natureza desses efeitos originou-se na sua relação social, política, ideológica, financeira e pedagógica entre a escola pública e o PJJ/IU.

Nessa fase, realizamos uma pesquisa de campo nos meses de abril a junho de 2013, a partir de uma amostragem intencional em 22 escolas, distribuídas em Minas Gerais (10 delas) e no Rio Grande do Sul (12 delas), representando um pouco mais de 50% das 42 escolas conviadas. Respeitamos, na seleção, o critério de maior número de alunos no EM. Aliamos a este critério o fato da escola possuir mais de vinte anos de existência a contar de sua fundação até o ano final do projeto (2010), comprovando ser uma escola consolidada. O ponto de referência empírico foi a Escola e os sujeitos habilitados a externar em nome dela, Diretores (e/ou Vices) das Escolas estaduais, os Coordenadores Pedagógicos e o Coordenador na escola do Projeto em parceria com o Instituto Unibanco, os professores diretamente relacionados a ele (os de Português e Matemática), para que, de modo quantitativo (desempenho) e qualitativo (efeitos), pudessemos avaliar os resultados do referido projeto.

Convém assinalarmos que o trabalho de campo primou por fundamentar-se em princípios éticos, uma vez que todos receberam, compreenderam e acordaram participar da pesquisa e assinar o TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa esteve atenta às orientações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde ao propor-se acompanhar os princípios éticos ali apresentados. Tais princípios, os da autonomia, da beneficência, da não-maleficência, da privacidade e da confidencialidade, foram observados nos procedimentos que envolveram o convite de participação dos docentes - sujeitos nas entrevistas.

Destacamos ainda que o questionário foi composto por questões fechadas, que demandavam respostas diretas e simples – com uma alternativa apenas para cada resposta – e por questões abertas, nas quais o pesquisador registrava, de modo sintético, a resposta do sujeito entrevistado diante desse tipo de questionamento – sem alternativas elencadas para cada resposta.

Por fim, toda essa pesquisa fundamentou-se em três dimensões metodológicas: a historicidade, a totalidade e a contradição.

As categorias já referidas ilustraram, exemplificaram e situaram os campos de disputa que estavam em jogo naquele período.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Apresentamos uma série de resultados e conclusões expostas em três blocos juntamente com algumas considerações finais ilustrativas da investigação efetuada.

1º Bloco conclusivo – A avaliação das metas anunciadas foi atingida pelas Escolas sob convênio?

No relatório dessa primeira fase (Ribeiro, 2013a) foram apresentados os resultados desta avaliação. Seu estudo foi extremamente criterioso claro e preciso quanto ao resultado final: nenhuma das 42 escolas públicas atingiu as três metas propostas pelo PJJ/IU.

No caso do RS, das 22 escolas gaúchas, a metade delas (11) reduziu o abandono dos alunos nos 40% pretendidos. Mas, tendo em vista a ausência de dados oficiais validados, que se utilizavam da escala SAEB³ para confrontar-se às provas

³ As provas de Matemática e Português são realizadas em anos ímpares e apenas com os alunos do 1º ano do

dos estudantes destas escolas⁴, não podemos afirmar, ou avaliar, se algumas dessas atingiram as outras metas ('b' e 'c') associadas ao desempenho da escola e de seus alunos.

Por sua vez, das 20 escolas públicas mineiras, nenhuma atingiu as três metas. Nove delas atingiram pelo menos uma meta, três alcançaram duas metas e oito escolas não alcançaram nenhuma das metas propostas pelo PJJ/IU às escolas. Cabe observarmos que como a Secretaria de Educação do Estado de MG criou o Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública – SIMAVE – que realiza anualmente o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB – foi possível cotejarmos os resultados das escolas frente às metas de desempenho idealizadas.

2º Bloco conclusivo teórico – Três questões foram perseguidas para elucidar se havia contradições entre o PJJ/IU e os fundamentos das políticas públicas para o Ensino Médio no país, dado que ele foi implementado como uma proposta de melhoria do desempenho e de gestão de resultados?

Questão a) (Ribeiro, 2013b, seção 3.1): havia compatibilidade, congruência e coerência na proximidade de políticas de melhoria do Ensino Médio (PJJ/IU) e o Programa do Ensino Médio Inovador (Portaria MEC 971/2009)? Seria possível sustentar uma política de integração entre ambos?

Questão b) (Ribeiro, 2013b, seção 3.2): a gestão educacional do PJJ/IU, denominada gestão de resultados, encontra-se filiada e afinada às orientações públicas (Constitucionais, Parecer CNE/CEB nº 5/2011, DNCM) e outras produções acadêmicas para este tema?

Questão c) (Ribeiro, 2013b, seção 3.3): ao estimular e defender a avaliação meritocrática, emulada e associada à concessão de prêmios motivadores, estaria o PJJ/IU contribuindo para o êxito da avaliação emancipatória?

As respostas a estas três questões, considerando os questionários e as entre-

Ensino Médio. Dessa forma, os alunos de 2008 que iniciaram o convênio não foram avaliados e suas escolas não puderam ser ranqueadas com base em seus desempenhos.

4 Se por um lado tínhamos a garantia de acessar aos dados relativos à situação das matrículas, ano a ano, podendo aferir os indicadores facilitados pelo INEP com respeito às taxas de abandono no Ensino Médio e assim compará-las com a meta proposta pelo PJJ/IU, por outro lado o mesmo não ocorreria com os indicadores de rendimento e desempenho de alunos e escolas frente o SAEB. Como o projeto iniciara em 2008 e finalizara em 2010 as turmas de alunos que ingressaram no Ensino Médio não sofreram o processo de avaliação.

vistas realizadas, bem como a literatura a elas referente, foram todas negativas. De modo sintético, o quadro a seguir as sistematiza.

SÍNTESE DA PESQUISA DO PJF	
Manifestação dos pontos contraditórios e incongruentes	
Proposta-fundamentos de educação pública	Proposta-fundamentos do PJF/IU
<i>Gestão pública e democrática</i>	<i>Gestão de resultados</i>
Gestão democrática	<u>Gerencialismo</u>
Avaliação emancipatória	Experimentalismo <u>meritocrático</u>
Protagonismo juvenil	Premiação, emulação, seleção
Recursos públicos para custeio e manutenção	Recursos privados para custeio
Currículo centrado na articulação entre ciência, trabalho, cultura e tecnologia, buscando uma formação integral.	Currículo calcado na priorização de um corpo de conhecimentos disciplinares, português e matemática, classificatório e comparativo internacionalmente, preserva a noção de competências e estimula uma formação parcial.

Fonte: Ribeiro (2013b) elaboração própria.

Assinalamos, para a compreensão deste quadro, a importância histórica do EM ter sido oferecido negando a perspectiva da formação integral aos trabalhadores, estabelecendo-se de forma dual, e que o PJF continuou negando tal perspectiva.

Por meio da dualidade do resultado do segundo bloco, observamos, com clareza e objetividade, que as contradições, incongruências, inconsistências entre as proposições gerenciais, pedagógicas, avaliativas e participativas de fundamentos públicos são muito expressivas em relação àquelas que foram levadas e conduzidas na escola pública de nível médio pelo PJF/IU.

3º Bloco conclusivo empírico – dado o PJF/IU não ter tido êxito na conquista de metas que se propôs a alcançar em três anos, quais os seus efeitos com a implementação nas escolas investigadas? (Ribeiro, 2013b, capítulo 4).

Concluimos que foram expressivos os 32 registros empíricos sintetizadores dos efeitos advindos das relações entre a escola e o PJF/IU (Ribeiro, 2013b, pp.

166-174). Eles avaliaram os fundamentos empíricos da implementação do PJJ/IU, ou seja, os efeitos sociais, políticos, pedagógicos e educativos que se manifestaram nas escolas com a sua posta em prática.

Para fins deste texto, destacaremos apenas seis destes efeitos: 1) uma profunda confusão entre os professores, quanto aos recursos de sua escola provenientes da ação pública e da iniciativa privada; 2) o efeito mais lembrado entre os representantes das escolas foi o da disponibilidade de recursos provenientes do PJJ/IU; 3) a desvalorização de seus próprios professores foi lembrada na experiência de variadas escolas ao contratarem serviços externas – aulas de reforço com ‘professores de cursinhos’, com o intuito de melhorar o desempenho dos alunos nos testes de português e matemática; 4) a política de premiação quanto ao desempenho causou mais mal-estar e competitividade do que mobilização entre os docentes ou/e entre as escolas; 5) a representação dos alunos junto ao PJJ/IU era composta pelos ‘bons alunos’ e não pelos alunos representantes (eleitos) na turma; 6) observaram a erosão de cinco princípios do projeto de escolas públicas: financiamento público, gestão democrática, avaliação emancipatória, autonomia pedagógica do docente e esvaziamento/esmorecimento do Projeto Político e Pedagógico da escola.

Nesse sentido, podemos afirmar que esta intervenção pedagógica empresarial no EM de escolas estaduais públicas apresentou desempenho insuficiente em relação às metas a serem atingidas. Além disso, identificamos efeitos negativos com a implementação do projeto nessas escolas conveniadas. Sustentamos, por fim, que dada às transformações curriculares implícitas, tanto pela concepção como pela prática pedagógica e educativa do projeto, o mesmo é incongruente com políticas públicas nacionais baseadas na gestão democrática, na inovação curricular e na avaliação emancipatória, fundamentos das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 2012.

REFERÊNCIAS

CIAVATTA, M. 2009. **Mediações históricas de trabalho e educação**. RJ. Lamparina, CNPq e Faperj.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 196**, de 10 de outubro de 1996. Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/Resolucao_196_de_10_10_1996.pdf

FREITAS, L.C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**. v. 33 n. 119, abr./jun. 2012.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e Tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios tensões e possibilidade**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, G., SANDER, B. e PACHECO, E. Entrevista - A ruptura com o dualismo estrutural. **Revista Retratos da Escola (Esforce)**. Brasília: CNTE, v. 5, n.8, jan./jun. 2011.

MORAES, C. S. V.; ALAVARSE, O. M. Ensino médio: possibilidades de avaliação. Campinas: **Educação & Sociedade**. v. 32, n. 116, p. 807-838, jul./dez. 2011.

PERONI, Vera M. V. A privatização do público: implicações para a democratização da educação. In: PERONI, Vera M. V. (Org) **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

RIBEIRO, J. A. R. et al. **Avaliação da implementação de projetos para o Ensino Médio: o caso do Instituto Unibanco em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul e o caso do Ensino Médio Inovador/Politécnico no RS**. Primeiro Relatório Parcial da Primeira Etapa da Pesquisa Avaliação da implementação de projetos para o Ensino Médio: o caso do Instituto Unibanco em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Termo de Cooperação 16883/2012 PROEMI-MEC/SEB/DCEI/CGEM – FNDE – UFRGS, 2013a.

RIBEIRO, J. A. R. et al. **Avaliação da implementação de projetos para o Ensino Médio: o caso do Instituto Unibanco em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul e o caso do Ensino Médio Inovador/Politécnico no RS**. Relatório Final da Primeira Etapa da Pesquisa Avaliação da implementação de projetos para o Ensino Médio: o caso do Instituto Unibanco em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Termo de Cooperação 16883/2012 PROEMI-MEC/SEB/DCEI/CGEM – FNDE – UFRGS, 2013b.

MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

Jorge Alberto Rosa Ribeiro

Doutor em Sociologia da Educação, Professor Titular de História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: jorge.ribeiro@ufrgs.br

Gabriel Grabowski

Doutor em Educação (UFRGS), Professor de Filosofia da Universidade Feevale de Novo Hamburgo/RS.

E-mail: gabriel.grabowski@uol.com.br

Fabio Azambuja Marçal

Doutor em Educação. Professor de História do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada.

E-mail: fabio.marcal@alvorada.ifrs.edu.br

